



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1962.

*Na solenidade de encerramento da
VI Conferência Rural Brasileira.*

Ao encerrar-se a VI Conferência Rural, promovida pela Confederação Rural Brasileira, tenho a satisfação de congratular-me com seus organizadores e participantes, pelo esforço realizado no sentido de levar a bom término, em todo o território nacional, um debate amplo e democrático dos vários problemas que dizem respeito à modernização dos processos de exploração da terra, de modo a obter melhores índices de produtividade e, ao mesmo tempo, abrir perspectivas concretas para a elevação dos atuais níveis de vida da população rural brasileira.

Na verdade, nota-se no País intensa mobilização em torno desse tema fundamental, que tem na reforma agrária a sua expressão mais viva. Trata-se de fato auspicioso sob múltiplos aspectos. Primeiro, porque indica que assunto de tal importância não poderia ser bem encaminhado sem um largo debate capaz de amadurecer-lhe as conclusões. Segundo, porque desse debate não participam apenas governantes e dirigentes, porém, igualmente, a massa dos imediatos e diretamente interessados na reforma, como sejam aqueles que cultivam a terra. Terceiro, porque nossas instituições democráticas estão sendo, com sucesso, postas à prova para o fim de proporcionarem, dentro da legalidade que nos rege e que cumpre manter a todo preço, a solução desejada para tão importante problema.

De fato, ainda não há muitos anos, falar de reforma agrária suscitava apreensões e desconfianças. Hoje, nenhum pensamento conhecedor da realidade brasileira, tenha o colorido ideológico que tiver, será capaz de negar a sua necessidade. Precisamente por essa razão, o que já não convém é fazer do debate do problema um expediente para lhe adiar o encaminhamento prático. Não interessa

a guerra de palavras entre direita e esquerda. Interessa, isto sim, que as correntes políticas ponham em funcionamento o mecanismo da legalidade democrática, para que a reforma se concretize, para que o acesso à terra incorpore à massa rural níveis satisfatórios de produtividade e consumo.

Ainda há poucos dias, em Araraquara, tive oportunidade de afirmar que a reforma agrária tem de ser maleável, para se adaptar às nossas diferenças regionais, considerando-se sempre, e em primeiro plano, o rendimento da produção e a sua finalidade social. Onde se estiver produzindo bem, tudo o que há a fazer é melhorar essa produção através de ajuda técnica e financeira. Essa situação se desenvolverá, sem dúvida, em conseqüências humanas benéficas para o trabalhador, como sejam melhores salários, melhores moradias e assistência social.

É impossível desconhecer, porém, que as condições de vida da massa rural brasileira são más e perturbam, por êsse motivo, o nosso desenvolvimento. A população do País está crescendo à taxa vertiginosa de 3,3% ao ano, ao passo que a taxa na América Latina é de 2,9% e a taxa média no mundo de 1,7% anuais. Isto significa que, possuindo hoje 70 milhões de habitantes, o Brasil terá 130 milhões em 1980 e 210 milhões no ano 2000. Temos de nos preparar para dar trabalho e condições dignas de vida a essa população, não permitindo que ela cresça e vegete na pobreza e na incultura. Esta constitui uma tarefa gigantesca, que exige, evidentemente, transformações estruturais na sociedade. Entre tais transformações situam-se duas principais: o desenvolvimento industrial e a expansão agrícola.

A agricultura ainda é a base da economia nacional, mesmo a despeito do grande surto de desenvolvimento no sentido da industrialização do país. É indispensável fazer com que essa industrialização seja também levada aos campos, através de uma política de eletrificação rural e de mecanização da lavoura.

A fim de que o desenvolvimento agrícola se processe em termos de interesse nacional e atenda a seus altos objetivos, é necessário que se proporcione, por todos os meios legais, um maior acesso à terra, de modo que ela possa comportar, pelo trabalho bem organizado, maior número de pessoas e, em conseqüência, melhorar, em

quantidade e qualidade, a produção, bem como elevar as condições de existência de milhões de irmãos brasileiros, que trabalham com sacrifício, no interior de nossa pátria.

A distribuição da terra, entre nós, continua até hoje a processar-se unicamente como pura mercadoria que o mercado do dinheiro e o mero interesse do investidor proprietário controlam sob qualquer ângulo. Resulta daí que o modo de apropriação da terra determina formas de uso que não obrigam seu cultivo intenso, e, portanto, não exige melhoria das técnicas do trabalho. Os modos de apropriação impedem, também, que populações muito mais numerosas se instalem em terras que poderiam alimentar muito mais gente do que na verdade alimentam. A ocupação de nossas áreas devolutas não tem, por esse motivo, beneficiado a massa da população rural.

Reforma agrária não é, como pretendem alguns teóricos, tirar a terra de quem a possui e a faz produzir, para dar indiscriminadamente a quem não a possui e não tem condições de fazê-la produzir. Se alguém tem o grande dever social de dar terra, esse alguém é o Estado. Tenho afirmado em várias oportunidades que, antes de mais nada, devemos criar condições para que se possa fazer uma exploração racional da agricultura e da pecuária.

Torna-se necessário, também, garantir justa remuneração ao produtor rural, para que êle possa proporcionar, por sua vez, justa remuneração ao trabalhador. Quando o agricultor lança a semente à terra já deve saber quanto vai receber pelo fruto de sua colheita.

Terra ocupada, entre nós, nem sempre quer dizer terra lavrada ou terra aproveitada no limite de suas possibilidades. A área úmida agricultável do Nordeste é algumas vezes maior que a do Japão. Mesmo admitindo que fatores adversos, como irregularidades de chuvas, conspiram contra a vantagem quantitativa da extensão, a verdade é que o Nordeste úmido e o Nordeste dos açudes comportam uma população rural de trabalhadores muito maior do que aquela que presentemente lá vive. E a taxa demográfica do Nordeste acusa aumento anual de 700 mil pessoas.

Estas são algumas das razões pelas quais urge destinar o uso da terra a melhor satisfazer as exigências demográficas da população. Proporcionar ao trabalhador rural acesso à terra, assegurando-

-lhe assistência técnica e financeira, constitui providência fundamental e inicial para que o desenvolvimento agrícola não se retarde gravemente em comparação com o desenvolvimento industrial. Esse retardamento seria mortal para o progresso brasileiro.

É claro que muitas dificuldades terão de ser vencidas, como aconteceu por tôda parte, no caminho de uma reforma agrária justa e patriótica.

Entre estas, poderíamos referir, ràpidamente, neste salutar encontro entre Govêrno e agricultores, as dificuldades que dizem respeito ao procedimento legal das indenizações. Pelo critério literal da Constituição — justo preço, indenização prévia e em dinheiro —, na base dos preços de cinco anos atrás, a desapropriação de apenas 10% da área agricultável do nosso território custaria cêrca de dois trilhões de cruzeiros.

Não tenho dúvidas, porém, de que lograremos bom êxito no combate legal pela reforma agrária, e isto especialmente porque sentimos que contamos com a colaboração patriótica dos interessados e de todos aquêles que pensam no seu país mais do que nos seus interêsses pessoais imediatos, pois nem mesmo êstes estariam assegurados, se não procurássemos, por todos os meios lícitos ao nosso alcance, melhorar e aumentar nosso volume de produção e, paralelamente, dar atendimento ao grave problema social que angustia nossas populações rurais.

Reforma, complexa e difícil, por sua natureza, justifica-se que ela se realize por etapas, e que se adapte à diversidade das condições regionais brasileiras. Hoje, não a reclamam apenas partidos e ideologias. Ela é reclamada pela consciência política nacional.

A decisão do Congresso de Lavradores Paulistas, realizado há poucos dias pela FARESP, em São Paulo, recomendou aos empregadores rurais que se estimule a arregimentação dos trabalhadores dos campos, em entidades específicas de classes. Descortinam-se, assim, novos horizontes progressistas, nas relações entre empregados e empregadores, que devem ser disciplinadas através de leis, que serão mais um instrumento de efetiva paz social.

Para obter essas leis, que espero sejam conquistadas no atual Govêrno, já contamos com a contribuição valiosa dos líderes da lavoura nacional e com a vontade, tantas vêzes manifestada, dos trabalhadores rurais.

Em inúmeras oportunidades tenho falado sôbre a reforma agrária. E desde antes de assumir a Presidência. Na qualidade de Chefe de Estado, sinto que meu dever é somar vontades e orientar os espíritos no encaminhamento da grande questão, para que ela se processe democraticamente e em têrmos de realidade e no intêrse do País. No cumprimento dêste dever, tenho estado presente a tôdas as manifestações significativas em tôrno do problema da agricultura e da pecuária.

A reforma agrária é reivindicação do desenvolvimento nacional. Reforma agrária quer dizer, sem dúvida, proibição de conservar terras inaproveitadas, que fiquem aguardando valorizações aleatórias, com finalidades especulativas ou distorsivas, sem forma e sem figura de intêrse social. Reforma agrária deve ser, sobretudo, tranqüilidade e segurança para o trabalhador e para o proprietário, para quem planta e para quem colhe; deve ser a racionalização do esforço da comunidade rural para melhores condições de exploração econômica da terra; deve ser a presença do poder público ou dos órgãos coletivos adequados, para a assistência imprescindível dos postos zootécnicos, dos campos de experimentação, das estações de máquinas, dos centros de armazenagem e ensilagem; deve ser o funcionamento, próprio e oportuno, do sistema de transportes e comunicações, que assegure o acesso aos mercados de consumo; deve ser a organização do crédito rural, não apenas como privilégio dos poderosos que, eventualmente, se dediquem às tarefas da produção agrícola e pecuária, mas em favor especialmente dos pequenos e médios produtores, sem as complicações burocráticas ou as exigências eternizantes que cercam o processo das garantias reais; deve ser o estímulo às organizações cooperativistas, com o incentivo às formas de associação e de esforço comum na luta pelo progresso; deve ser convocação da técnica levada ao campo pelo poder público ou pelos que mais o puderem — e tudo isso com o objetivo mais alto e mais cristão de atender à pessoa humana, cuja felicidade deve ser razão fundamental do Estado, proporcionando-lhe moradias mais higiênicas, ambulatórios, hospitais, escolas, ou, para resumir, ambiente que enseje esperanças e razões de crer num futuro melhor.

É grato verificar que, colocada nestes têrmos altos e fecundos, a reforma agrária representa hoje uma bandeira que todos desfral-

damos ao mesmo tempo: governantes e governados, industriais e lavradores, clero e opinião pública.

Do mesmo modo, tenho-me dirigido a patrões e operários dos centros urbanos, pregando-lhes sempre a compreensão e o entendimento nesta hora decisiva para os nossos destinos.

E com êste mesmo estado de espírito desejo alertar o País, aqui e agora, contra a minoria recalcitrante dos semeadores de ódio, dos profissionais do terrorismo, que se exacerbam na explosão de seus ressentimentos.

Na preservação da ordem legal — sem a qual nenhum direito poderá sobreviver — quero alertar todos os brasileiros contra os agoureiros, os pregadores da ilegalidade, os destruidores sistemáticos que pretendem levar o Brasil ao caos e à anarquia.

Ao saudar os lavradores de todos os rincões do País, que nesta solenidade encerram sua Conferência Nacional, e ao reafirmar-lhes minha solidariedade à luta honesta dos que vivem da terra, formulo votos pelo completo êxito das resoluções progressistas aqui aprovadas, e reafirmo minha integral confiança nos altos destinos do Brasil, a nossa grande pátria, que faremos cada dia maior, na luta diária pela sua total independência econômica, que haveremos de conquistar com o nosso patriotismo, o nosso trabalho e a nossa inabalável decisão.